

Bônus Desempenho é um desrespeito ao Professor

Sindiupes condena política segregatória de Paulo Hartung

Em mais uma de suas manobras para enganar a população e dividir a categoria, o Governador Paulo Hartung (PMDB) anunciou no Dia do(a) Professor(a) o Bônus Desempenho do Magistério.

O Sindicato dos Trabalhadores(as) em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes) condena tal política de remuneração, classificando-a como segregatória e neoliberal. Defendemos a valorização profissional que contemple um reajuste permanente aplicado diretamente na tabela salarial para todo magistério, sem qualquer exclusão, que contemple os aposentados e os que recebem pelo modelo de vencimentos.

Anunciar o Bônus Desempenho nesta data simbólica – o Dia do(a) Professor(a) – é no mínimo uma ofensa, um desrespeito a todos os profissionais da Educação, aposentados, professores municipalizados e os que estão trabalhando nas escolas estaduais. Essa medida não representa a valorização do magistério e não leva a estímulo algum. Ao contrário, aplica um tratamento diferenciado, sob a justificativa de uma concepção educacional retrógrada, que se baseia na punição e/ou na compensação.

Para o Sindiupes, tratar Educação Pública pela lógica do mercado e da produtividade é um absurdo. Considerar o desempenho dos(as) alunos(as)



como fator para remunerar o professor também. Uma política pública séria deve avaliar o sistema educacional como um todo e utilizá-la como elemento de planejamento das ações, não como objeto de coação.

A medida só irá agravar problemas vivenciados pelo magistério, como os relacionados à saúde do professor, a falta de gestão democrática e o assédio moral no trabalho. Ao considerar o número de faltas do servidor como variante para receber o bônus, pode levar os professores a serem pressionados a trabalharem doentes.

A categoria é a que mais adoce entre os servidores públicos: são problemas vocais, psicológicos e lesões. Isso ocorre pelas condições que estão sujeitos nas escolas. Tudo indica que o governo quer o professor

em sala de aula a qualquer preço. Este ano, por exemplo, foram alteradas as regras de afastamento para tratamento de saúde. As licenças superiores a cinco dias são concedidas pela Perícia Médica. Antes eram a partir de quinze dias. Inclusive, as licenças já são regulamentadas e têm suas penalidades definidas.

A "falta abonada" também é um direito da categoria, sendo reposta pelo professor antes de se aposentar, por isso não pode ser caracterizada como "falta".

O governo Paulo Hartung insiste em sua política midiática às custas da exploração dos servidores, em especial do magistério, que hoje recebe salário desigual. Com este projeto o governo dá prosseguimento à lógica perversa que trata a educação como mercadoria e estimula a competição predatória no cotidiano escolar.

Magistério defende uma proposta real de valorização

O Governo rasgou o Estatuto e o Plano de Carreira construído pela categoria.

Desde 2002, na primeira gestão do governo Paulo Hartung, o Sindiupes apresentou uma proposta de reformulação de Estatuto e Plano de Carreira do Magistério, aprovados pela categoria em Congresso.

Este mesmo projeto chegou à Assembléia Legislativa, tendo como único ponto divergente por parte do magistério, a prova para diretor de escola. Assim, o projeto retornou para a SEDU e "desapareceu".

Suscitado pelos aposentados e após muita luta, localizou-se o projeto e retomou-se o debate em 2007.

Uma nova proposta foi estudada e apresentada pelo magistério. Mas, a mesma foi ignorada pela SEDU, que, por sua vez, unilateralmente, encaminhou a implantação do modelo de subsídio, atropelando a posição da categoria.

Com o modelo de remuneração por subsídio também se foram outras vantagens. O Governo ignora os servidores

do modelo de vencimentos, concedendo reajuste diferenciado, levando a uma realidade de extrema desigualdade.

Deste modo, temos exemplos de professores recém ingressos na rede de ensino ganhando o dobro de um profissional com vinte anos de carreira.

Nos últimos anos os profissionais da Educação do Estado vêm perdendo direitos. Dentre estes, a redução do percentual da progressão bianual que era de 6% e atualmente está em torno de 3%.

Ao invés de uma política séria de valorização, o "Bônus Desempenho" defendido pelo Governador Paulo Hartung integra as velhas e inoperantes respostas para o descaso com a educação pública capixaba.

Jornada ampliada

O Sindiupes defende que a ampliação da permanência do aluno na escola deve ser feita com critério, debate e propos-

tas educacionais sólidas. Não somos contra a ampliação da jornada do estudante. Mas discordamos do modelo proposto pelo Governo que, na verdade, transforma a escola em depósito de alunos e não proporciona as condições necessárias às escolas.

O resultado é uma exploração ainda maior dos trabalhadores em educação. Com essa medida o professor fica sem tempo até mesmo para se alimentar adequadamente entre uma jornada e outra. Professores e estudantes ficam sujeitos a estresse e exaustão. Assim, a produção intelectual em sala de aula fica prejudicada.

Além disso, o Governo quer implementar já no próximo ano, em todas as escolas, as aulas de 60 minutos, com jornada ampliada e estimulando as aulas geminadas.

O "Mais Tempo na Escola" é uma farsa. Serve para justificar a utilização da verba da educação de forma mercadológica.

Lutas do Magistério Capixaba

- Pela gestão democrática, com eleição direta de direção e coordenação escolar.

- Pela saúde do(a) trabalhador(a) e condições materiais adequadas.

- Pela ampliação do investimento em Educação e o fim do FUNDAP.

- Abaixo as aulas de 60 minutos e o projeto "Mais tempo na Escola".

- Pela reposição de todas as perdas dos profissionais da educação.

- Pela valorização profissional e a formação continuada em serviço.

- Pelo fim imediato da DRU (Desvinculação de Recursos da União).

- Pelo pagamento dos precatórios e respeito aos aposentados(as).

- Não aos projetos unilaterais e inoperantes do Governo Estadual.

- Concurso público já, com transparência e para suprir as vagas.

- Pelo investimento de, no míni-

mo, 10% do PIB na Educação.

- Não ao Subsídio e ao tratamento diferenciado da categoria.

- Não à repressão e à violência interna e externa às escolas.

- Pelo salário mínimo do DIEESE como Piso do Magistério.

- Contra as Terceirizações e a Municipalização do Ensino.

- Não à visão neoliberal e tecnocrática da Educação.

- Não à criminalização dos movimentos sociais.

- Não ao "bônus desempenho" do(a) professor(a).